



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 440/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00396 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino de São Carlos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicita cópia de todos os conteúdos programáticos, registrados e constantes nos diários de classe, de cada um dos professores que ministram aulas para meu filho, na unidade escolar. Razões de recusa indicadas. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 440/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino de São Carlos, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão informou que: *"os registros de aula, avaliação e frequência diária são realizados, exclusivamente, de maneira informatizada, em módulo específico da plataforma Secretaria Escolar Digital – SED. Os registros das aulas são preenchidos pelos professores em cada aula, ministrada na sala, ao longo do ano letivo, inviabilizando o envio "de todos os conteúdos programáticos" à requerente, conforme o solicitado. Contudo, poderá ser agendado dia e horário na Unidade Escolar para que a equipe escolar acesse a plataforma em que constam os diários de classe para conhecimento e ciência."* Insatisfeita, a solicitante interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, conforme atribuição prevista no artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, e, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a complementar as informações o ente esclareceu que *"a disponibilização da informação, nos moldes pretendidos pela requerente, exigiria um trabalho extra de análise de dados e consolidação pela unidade competente pela resposta."* Cientificada, a solicitante demonstrou-se insatisfeita com a resposta e reiterou a solicitação.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que o órgão justificou a negativa do atendimento, indicando as razões da recusa para fornecer as informações compiladas da maneira solicitada.
5. Nesse sentido, vale lembrar que o Decreto federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012, afasta a necessidade de atendimento de pedidos de acesso à informação que demandem trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou quando requeiram a produção ou tratamento de dados e informações que não sejam de competência do órgão ou entidade.
6. Considerando que o ente apresentou as razões de fato para o não atendimento da demanda e justificou a negativa de acesso, fundamentado na legislação vigente, **conheço do recurso e,**

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 29 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público